II ENEHISP

CADERNO DE RESUMOS

Simpósio Temático 11

St11 O TEMPO COMO DISPUTA: ensino de História e democracia

+ SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1

COORDENADO POR

Déborah Lays de M. L. Cabral
Iara Lua C. B. Vasconcelos
Ítala Teixeira de Sousa

PPGH Unimontes Programa de Pós Graduação em História Social | LAPPS ufjf Laboratório de História Política e Social | Grupo de Estudos e Pesquisa do Pensamento Autoritário



CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES

O TEMPO COMO DISPUTA:

ensino de História e democracia

7 DE OUTUBRO DAS 8H ÀS 12H | GOOGLE MEET

COORDENAÇÃO

Déborah Lays de Moura Lélis Cabral
Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Bolsista CAPES.
deborahlelis22@ufpi.edu.br

Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos
Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Bolsista CAPES.
luadomonte@ufpi.edu.br

Ítala Teixeira de Sousa
Universidade Federal do Piauí (UFPI).
Bolsista CAPES.
italateixeira@ufpi.edu.br

Sessão mista. Reúne o Simpósio Temático 11 e a Sessão de Comunicação Livre 1, no mesmo dia e horário e sob a mesma coordenação. Primeiro são apresentados os trabalhos do Simpósio; em seguida, as comunicações livres.

SIMPÓSIO TEMÁTICO

7 de outubro, das 8h às 12h

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	O Egito Antigo nos Anais da ANPUH Nacional (1975-2025): ensino de História Antiga, produções e disputas	8h35
2	Ensino superior e neoliberalismo no Brasil: interesses hegemônicos e privatizações na educação durante o governo FHC	9h00
3	A incongruência na desvalorização da oposição republicana à Ditadura na educação para a democracia em Portugal	9h25
4	"Nada mais resta: em redor, a decadência": Ozymandias e o ensino crítico de História	9h50
5	Cartilha "Para além de Zumbi": contribuições para o ensino de História	10h15

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1

após as comunicações do Simpósio, na ordem abaixo

ORDEM	TÍTULO DO TRABALHO	HORÁRIO
1	Os sindicatos rurais, a Comissão Pastoral da Terra e usos do passado na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Piauí e Maranhão (1975-2026)	–
2	Entre o desbunde e a consagração: a recepção social e midiática de Acabou Chorare (1972), de Novos Baianos	–
3	O moleiro e o garimpeiro: Pedro Braga, Menocchio e o arquivo subalterno no Distrito Diamantino (1862-1988)	–
4	Infância e adolescência em disputa: conflitos e consensos na elaboração do ECA (Brasil, 1990)	–

O Egito Antigo nos Anais da ANPUH Nacional (1975-2025):
ensino de História Antiga, produções e disputas

Esther Pessoa Costa [1]
Ana Paula Perovano [2]

Vinculado a uma pesquisa de dissertação em desenvolvimento, este texto apresenta um levantamento do tipo Estado do Conhecimento (Vosgerau; Romanowski, 2014) sobre a produção de pesquisas relativas ao Egito Antigo no campo do ensino, veiculada nos Anais dos Simpósios Nacionais de História (SNH) da ANPUH, que é a principal entidade representativa de historiadores, professores e pesquisadores de História no Brasil. O objetivo foi mapear a produção acadêmica sobre o Egito Antigo publicada no SNH da ANPUH, no período de 1975 a 2025, a fim de compreender a configuração desses estudos no âmbito da entidade e, por extensão, as suas contribuições para a historiografia brasileira. Metodologicamente, foi realizado o levantamento de 33 trabalhos dentro do recorte temporal estabelecido, evidenciando um campo em transformação, mas ainda sub-representado no principal encontro de professores de história do Brasil. O primeiro bloco temático concentra-se na perspectiva do Ensino e da Educação Básica, destacando produções pioneiras como a de Raquel Funari (2011), que analisou o imaginário de estudantes mediado por produtos audiovisuais e estereótipos escolares. Essa vertente expandiu-se nos eventos posteriores, com propostas lúdicas e pedagógicas na educação básica (Oliveira; Salvatierri, 2013; Santos, 2013) e, mais recentemente, com análises críticas sobre o uso midiático da imagem egípcia, a exemplo do estudo de João (2025), fundamentado na 'mnemohistória' de Jan Assmann acerca da telenovela Os Dez Mandamentos. O segundo bloco aborda as lentes sobre o Egito, englobando investigações que problematizam a desconstrução de identidades de gênero e poder (Santos, 2005; Sousa, 2009) e a inserção do Egito na matriz africana sob lentes pan-africanistas, superando dicotomias eurocêntricas (Sagredo, 2015). Desse modo, o estudo argumenta que, embora a frequência de trabalhos oscile, o debate sobre o Egito Antigo nos SNH revela-se fundamental para problematizar o Ensino de História, confrontando imaginários cristalizados e reafirmando o papel crítico da área contra retrocessos ético-políticos na educação.

Palavras-chave: Egito Antigo; Estado do Conhecimento; Ensino de História; ANPUH.

[1] Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). esthercostta2001@gmail.com

[2] Doutora em Educação Matemática, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). apperovano@uesb.edu.br

Ensino superior e neoliberalismo no Brasil:
interesses hegemônicos e privatizações na educação durante o governo FHC

Moisés Moura Soares dos Anjos [3]
João Paulo Charrone [4]

O artigo tem como objetivo analisar o processo de inserção e consolidação do neoliberalismo em diferentes contextos históricos, com ênfase em suas implicações políticas, econômicas e educacionais, particularmente no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo no seu primeiro mandado político. A proposta evidencia que o neoliberalismo, longe de se restringir à esfera econômica, constituiu-se como uma racionalidade política abrangente, reconfigurando o papel do Estado e ampliando a centralidade do mercado na organização social. Experiências internacionais, como o Chile de Pinochet, os Estados Unidos de Ronald Reagen e o Reino Unido de Margaret Thatcher, demonstram a implementação dessas diretrizes, posteriormente apropriadas no contexto brasileiro. No Brasil, observa-se a consolidação de políticas de privatização, desregulamentação e ajuste fiscal, acompanhadas por transformações significativas no campo educacional. Conclui-se que tais reformas promoveram a expansão do setor privado no Ensino Superior e a progressiva mercantilização da educação, restringindo seu caráter de direito social e subordinando-a às dinâmicas do capital, com impactos diretos na ampliação das desigualdades sociais. Adotou-se como método uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e com corpus documental, fundamentada no crivo de autores críticos do neoliberalismo, como David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, além da utilização de dados institucionais e documentos oficiais, como o Plano Nacional de Desestatização (PND) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), ambos durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Ensino superior; Neoliberalismo; Privatização.

[3] Graduando em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). moisesmsoaresanjos@gmail.com

[4] Doutor em História, Universidade Federal do Piauí (UFPI). jcharrone@yahoo.com.br

A incongruência na desvalorização da oposição republicana à Ditadura na educação para a democracia em Portugal

Daniel Filipe Soares Silva [5]

O ano de 2026 marca os cem anos de início da Ditadura Militar e subsequente final da experiência democrático-liberal republicana em Portugal. O processo de resistência à nova ordem que grande parte do Exército quis promover começou automaticamente, o convencionado "Reviralho". Apesar de ter sido vigoroso até ao final do decénio de trinta, a oposição republicana foi silenciada e, na opinião pública, só se valorizam as ações desencadeadas contra o Estado Novo a partir dos anos 1940, lideradas pelos setores mais próximos do comunismo. O sistema educativo português, numa lógica de valorização da democracia, assume como uma das suas prioridades estimular a cidadania desde tenra idade e o respeito pelas diferenças, numa visão integrada do passado e do presente. A população juvenil tem sido a que mais se sente, em traços gerais, apartada da democracia pelo desenraizamento e desincentivo na – e à – sua participação. Além da perda de horas semanais no curriculum, em prol da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, são feitas seleções programáticas que, muitas vezes, não contribuem para inteligibilidade dos diversos assuntos. Neste caso, mediante uma análise de conteúdo, a comunicação pretende trabalhar as matrizes das disciplinas de História e Geografia de Portugal (6.º Ano), História (9.º Ano), História B (11.º Ano) e História A (12.º Ano) e a falta de reconhecimento da primeira oposição ao regime ditatorial, discutindo as suas potenciais implicações na memória coletiva e na identidade político-democrática.

Palavras-chave: oposição republicana; educação para a democracia; ensino da História.

[5] Mestre em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). danielsoares033@gmail.com

"Nada mais resta: em redor, a decadência":
Ozymandias e o ensino crítico de História

Luiza Martins Varricchio[6]

Este trabalho propõe uma análise do poema Ozymandias (1818), de Percy Bysshe Shelley, como fonte literária para o ensino crítico de História no contexto brasileiro contemporâneo. Partindo do debate sobre a superação de fronteiras disciplinares rígidas entre História e Literatura, o texto fundamenta metodologicamente o uso da literatura como fonte histórica - compreendida como produto social atravessado por historicidade, conflitos e imaginários de seu tempo. Em um cenário marcado por reformas educacionais que tensionam o lugar das Humanidades e estreitam o espaço para a formação crítica, recuperar a literatura como fonte histórica é também um gesto político de resistência curricular. À luz de Jörn Rüsen, discute-se o conceito de consciência histórica e os limites de narrativas replicativas centradas na monumentalização do passado e na exaltação de "grandes homens" - formas que, longe de favorecerem a formação crítica, reproduzem relações de poder e limitam a capacidade orientadora do conhecimento histórico na vida prática. Com Walter Benjamin, argumenta-se que o ensino de História precisa "escovar a história a contrapelo", rompendo com narrativas celebratórias e abrindo espaço para leituras críticas do passado. A análise de Ozymandias evidencia como o poema opera a desconstrução da lógica da grandiosidade, mobilizando ironia, ruína e impermanência para tensionar discursos de poder. Articulando as reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, argumenta-se que o poema impõe "defeitos" à narrativa histórica tradicional, produzindo fraturas que favorecem o estranhamento e a construção de sentidos históricos críticos no espaço escolar. Conclui-se que Ozymandias constitui uma fonte literária fecunda para o ensino de História, ao possibilitar o estranhamento, a crítica e a formação da consciência histórica para além da memorização factual.

Palavras-chave: Consciência Histórica; Ensino de História; Literatura.

[6] Mestranda em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). luizavarricchio@gmail.com

Cartilha "Para além de Zumbi":
contribuições para o ensino de História

Josué Custódio Rodrigues da Silva [7]
Luís Miguel de Lira Farias [8]
Rachel Luiza Pulcino de Abreu [9]

O ensino de história na atualidade, diferente das formulações tradicionais, busca diversificar o ensino através da inserção de figuras subalternizadas e, por vezes, excluídas da produção historiográfica que negava a agência dessas figuras. Dentro desse viés, o presente trabalho trata da construção da cartilha "Para além de Zumbi" para auxiliar na prática do ensino de história que versam sobre Brasil Colonial, identidade negra e história Afro-brasileira.

O material foi desenvolvido durante a disciplina obrigatória de Ensino de História I na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A temática central trabalhada é o resgate da multiplicidade de sujeitos históricos negros no Brasil Colonial, relacionando-se diretamente ao compromisso de desconstruir narrativas tradicionais e estereotipadas, tendo como horizonte orientador as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, propondo a inserção das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas.

Para tanto, utilizamos a Inteligência Artificial (IA) Gemini da Google para levantamento inicial das figuras relacionadas à temática. A IA foi utilizada para auxiliar na identificação e levantamento de sujeitos do período colonial. Concluída essa etapa, iniciamos o processo de pesquisa sobre as figuras selecionadas na literatura especializada e sites institucionais e, assim, a seleção final baseou-se em critérios estritamente qualitativos, onde a agência do sujeito histórico foi o pilar central.

Selecionamos figuras para "além de Zumbi" a fim apresentar personalidades não "canônicas", em contraposição às que sempre são utilizadas na prática de ensino de história para tratar das temáticas apontadas. Não no intuito de minimizar esses "cânones", mas trazermos outras figuras que tiveram importância política, social e cultural. A cartilha apresenta ao todo oito figuras acompanhadas de textos de contextualização histórica e recursos didáticos que versam sobre a figura em questão (livros, fontes primárias, músicas, vídeos). A cartilha será disponibilizada gratuitamente em versão digital para garantir o amplo acesso do material e a livre utilização. Dessa forma, o material contribui para o conhecimento histórico ao fornecer ferramentas práticas para que o(a) professor(a) introduza noções historiográficas, tendo como fio condutor a inegável importância negra no Brasil Colonial.

Palavras-chave: Ensino de História; Memória; Cartilha; Identidade Negra; Brasil Colonial.

[7] Graduando em Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). josuecustodio.398@gmail.com

[8] Graduando em Licenciatura em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). infomiguel.contato@gmail.com

[9] Doutora em Educação (PUC-Rio), professora do DTPE/UFRRJ. rachelpulcino@ufrrj.br

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE

SL1

Sessão de Comunicação Livre 1, realizada junto ao Simpósio Temático 11

7 de outubro das 8h às 12h · Coordenação: Déborah Lays de Moura Lélis Cabral · Iara Lua Castelo Branco Vasconcelos · Ítala Teixeira de Sousa

As Sessões de Comunicação Livre reúnem trabalhos aprovados no II ENEHISP e alocados pela Comissão Organizadora junto a um Simpósio Temático, ampliando o diálogo do Simpósio com outros temas da história política.

SL1. SESSÃO DE COMUNICAÇÃO LIVRE 1 junto ao ST11

Os sindicatos rurais, a Comissão Pastoral da Terra e usos do passado na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Piauí e Maranhão (1975-2026)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira [10]
Ewerton Matheus Menezes Sousa Brito [11]

O presente artigo tem o objetivo de analisar a importância das ações dos sindicatos dos trabalhadores rurais e Comissão Pastoral da Terra (CPT) no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Piauí e Maranhão, entre os anos de 1975 e 2026. Esses estados apresentaram-se, no período mencionado, como os principais locais de origem de pessoas resgatadas, por equipes fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do trabalho escravo no Brasil. Nesse contexto, a atuação sindical e pastoral salta como crucial na defesa de direitos sociais e humanos de sujeitos aliciados e vilipendiados. Dito isso, em um primeiro momento, discutimos como tais organizações fazem uso da terminologia "trabalho escravo" como ação política, ou seja, acionando a memória de um passado escravista do país no sentido de mobilizar a sociedade contra formas de coerção e degradação manifestadas em relações laborais do tempo presente. Por conseguinte, destacamos outros mecanismos de luta que envolvem campanhas de prevenção e conscientização, denúncias, assistência social e jurídica prestadas às vítimas. A reflexão sobre tais questões foi mediada pelo diálogo com autores (as) como: Gomes e Guimarães Neto (2018), Rocha (2010) e (2015), Ferreras (2022), Scott (2013), Figueira (2004) e (2020). A metodologia adotada envolveu a análise crítica de variadas fontes, como: entrevistas, jornais, relatórios de fiscalização, cartas-denúncia, cartilhas e outras.

Palavras-chave: Sindicatos Rurais; Comissão Pastoral da Terra; Trabalho escravo contemporâneo; Combate.

[10] Doutorando em História, Universidade Federal do Ceará (UFC). marvieira21@hotmail.com

[11] Doutorando em História, Universidade Federal do Ceará (UFC). matheus_hist01@outlook.com

Entre o desbunde e a consagração:
a recepção social e midiática de Acabou Chorare (1972), de Novos Baianos

Isaac Barbosa Fernandes[12]

Considerado pela revista Rolling Stone Brasil o melhor álbum da música brasileira, Acabou Chorare, da banda Novos Baianos, constitui um marco da contracultura no país, especialmente no âmbito do ideal de desbunde. Produzido em parceria com João Gilberto, o "pai" da Bossa Nova, o disco foi lançado em 1972, mas ainda tem muito a revelar sobre a produção cultural brasileira do final da década de 1960 e dos anos 1970. A pesquisa busca compreender como se deu a recepção do álbum tanto pela sociedade brasileira quanto pela mídia da época, diante dos valores e dos ideais estéticos e linguísticos representados pela banda. Para alcançar esse objetivo, o estudo dialoga com a produção historiográfica sobre a cultura brasileira da década de 1970, a contracultura e o ideal de desbunde, mobilizando autores como Carolina Morgado, Heloisa Buarque de Hollanda, Sheyla Castro, Marcos Napolitano, Celso Favaretto e Cláudio Coração. Trata-se de um estudo que utiliza o cotejamento entre jornais — seguindo as recomendações metodológicas de Tania Regina de Luca (2005) —, documentos produzidos pelo Departamento de Censura e a análise das canções do álbum —, realizando o tratamento da fonte conforme proposto por Napolitano (2005). Ainda em fase preliminar, o estudo já identifica que um dos fatores que podem explicar o sucesso do álbum junto à mídia tenha sido a interpretação do disco e da banda como despolitizados. Entretanto, a análise das canções evidencia diversas críticas à ditadura militar, formuladas por meio da subversão da ordem, e não a partir de um discurso explicitamente partidário ou "revolucionário". Assim, o estudo propõe uma releitura de Acabou Chorare, demonstrando que sua recepção e seus significados extrapolam a ideia de despolitização frequentemente atribuída aos Novos Baianos, contribuindo para uma compreensão mais ampla da produção cultural durante a ditadura militar.

Palavras-chave: Contracultura; Novos Baianos; Ditadura Militar.

[12] isaa.barbosa@aluno.uece.br

O moleiro e o garimpeiro:

Pedro Braga, Menocchio e o arquivo subalterno no Distrito Diamantino (1862-1988)

Valdir Macedo Neto[13]

Esta pesquisa, em andamento, investiga as tensões e disputas entre passado e presente a partir de um exercício de micro-história que coloca em diálogo dois arquivos sobre um mesmo acontecimento. Em 10 de junho de 1862, uma enorme pedra matou José Joaquim de Souza, um dos mais ricos proprietários de lavras de diamante do alto Jequitinhonha, episódio noticiado pela imprensa diamantinense. Cento e vinte e seis anos depois, em 1988, o garimpeiro Pedro Cordeiro Braga (1917-2000), morador do Povoado do Vau (Diamantina, MG), narrou o mesmo evento, reenquadrando-o numa cosmologia vernacular de ganância e retribuição moral. Argumenta-se que o jornal de 1862 e a narrativa oral de 1988 constituem dois regimes de verdade, produzidos por aparatos de inscrição bastante distintos, que operam sobre o mesmo fato: o registro impresso, dirigido à elite, narra a morte como falha técnica de gestão; a memória comunitária inverte a pirâmide do saber, atribuindo ao escravizado o conhecimento prático que o senhor recusou (“essa pedra ainda não tá escorada”) e encerrando o relato com a concessão de uma carta de alforria como reparação moral. Lendo Pedro Braga como análogo estrutural do moleiro Menocchio, recuperado por Carlo Ginzburg, propõe-se a extensão a tese da circularidade cultural em duas direções: para além da Europa moderna, ao Atlântico pós-abolição; e do texto para a instituição, demonstrando que, sem livros impressos, a comunidade do Vau recombinou as próprias instituições de sua opressão (a alforria, a Igreja, a Real Extração, o feitor) para ressignificar a violência histórica. As convergências factuais entre os dois arquivos (anatômicas, materiais e toponímicas), tratadas como indícios no sentido ginzburguiano, comprovam que ambos descendem do mesmo evento; as divergências revelam o longo e sensível trabalho moral coletivo realizado em torno da Pedra Desbarrancada, ainda hoje submersa na paisagem do Vau. Conclui-se, provisoriamente, que comunidades marginalizadas constroem arquivos vernaculares precisos e que reivindicar superioridade moral a partir dos próprios instrumentos de sua subjugação é, em si, uma disputa pelo passado, exigindo do historiador o mesmo rigor probatório que reserva às fontes da elite.

Palavras-chave: Micro-história; Memória subalterna; Arquivo vernacular; Circularidade cultural; Pedro Braga.

[13] Mestre em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). eu@netomacedo.com

Infância e adolescência em disputa:
conflitos e consensos na elaboração do ECA (Brasil, 1990)

Vanessa Marques de Oliveira [14]

O tratamento de crianças e adolescentes ganhou uma nova perspectiva jurídico-normativa com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O processo legislativo resultante foi marcado por diferentes perspectivas durante sua construção. Para a elaboração desta investigação em curso, foi definido um conjunto de documentos diversificado que possibilita a transição entre a teoria, a norma e a prática diária das políticas públicas e justiça infantojuvenil no Brasil. Um desses conjuntos de fontes está ancorado na esfera legislativa e inclui dois dossiês do projeto de lei que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente. A documentação inclui tanto o processo que ocorreu na Câmara dos Deputados quanto o que foi discutido no Senado entre 1989 e 1990. A articulação de vários movimentos da sociedade civil resultou neste projeto de lei. A mobilização surgiu em resposta às constantes denúncias de violações de direitos humanos nas FEBEMs, além das frequentes chacinas contra crianças e adolescentes que aconteciam naquele período. Assim, com base nessa documentação, busca-se traçar como a sociedade civil entendia as questões relacionadas à infância e juventude e como esse entendimento se refletiu na prática legislativa.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas Públicas; História da Infância e Juventude.

[14] Licenciada, mestra e doutoranda em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). vanessa.marques.hist@gmail.com

II ENEHISP

PPGH Unimontes
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LAPPS ufjf
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL



Grupo de
Estudos e Pesquisa do
Pensamento Autoritário